

Não se pode romper com os credores

ESTADO DE SÃO PAULO

Como era previsível, o governo brasileiro não pagou na última sexta-feira os juros vencidos da dívida externa, no montante de 1,6 bilhão de dólares. Assumiu essa posição após ter avisado os bancos credores, e depois de deixar claro que não se tratava de moratória, mas sim de atitude derivada de uma frustração, porquanto o Brasil esperava receber, a diversos títulos, três bilhões de dólares de vários credores, e tal não aconteceu.

O ministro Mailson da Nóbrega procurou apresentar a falta de pagamento dos juros como um ato normal, evitando qualquer atitude de confronto. Foi além disso: anunciou que, dependendo da evolução das negociações com o FMI e com os bancos credores, o governo brasileiro estaria disposto a utilizar parte de suas reservas para honrar os compromissos. A decisão foi apresentada como decorrência da centralização do câmbio no Banco Central, implantada no final de junho.

O sr. Mailson da Nóbrega explicitou a posição do Brasil: na medida em que está claro que o não pagamento dos juros não significou uma atitude de confronta-

ção, e que nem é do interesse do País acumular atrasos, está-se diante de uma dificuldade de caixa, que não será um novo obstáculo ao entendimento. O governo brasileiro assumiu posição muito diferente à que tinha sido adotada quando decretou unilateralmente uma moratória, anunciada bombasticamente com o discurso do presidente da República, numa atitude, então sim, de real confrontação.

Antes de assumir a posição de não pagar os juros na semana passada, o governo brasileiro manteve contatos com os bancos credores que entendem esse procedimento e estão tão interessados quanto o Brasil na obtenção de um acordo com o FMI. Tal acordo é difícil, especialmente diante do prazo curto em que tem de ser obtido — isso nas vésperas da reunião anual do organismo internacional, quando a preparação do evento absorve todos os setores de sua administração. Sabendo-se do empenho do governo de Washington em obter um *stand by credit* de seis meses, que constitui exceção na vida do FMI (que só assina acordos por um período mínimo de um ano), os bancos aceitam o atraso.

Cabe ao governo brasileiro não utilizar o episódio, como o querem tantos candidatos às eleições, como um ato de bravura contra os credores, que teriam a audácia de querer receber juros sobre uma dívida que no Brasil, em certos meios, está sob suspeita. Não se pode continuar defendendo a tese de que a dívida externa vale o quanto se paga por um título dela no mercado secundário, pelo qual passou apenas 5% do total da dívida. Ao continuar nessa linha, só irritaremos banqueiros que até agora consideram que um contrato assinado tem valor e que a dívida não pode diminuir ao bel-prazer dos devedores.

O ministro da Fazenda, que está agora participando do Grupo dos Oito (os devedores da América Latina, note-se), vai encontrar-se com o ministro da Fazenda do México, que aceitou uma renegociação com os credores, e com o seu confrade da Argentina, que acaba de redigir uma carta de intenção para o FMI, comprometendo-se a seguir uma política das mais austeras. Terá assim a oportunidade de verificar que o confronto que pregam alguns políticos brasileiros teria por única consequência isolar-nos na comunidade finan-

ceira internacional, que está aberta ao diálogo, mas reagirá ao confronto.

Da posição do Brasil dependerá nos próximos dias a obtenção ou não de quantias necessárias para o desenvolvimento do País. Um acordo com o FMI é fundamental, mas também é importante que a atitude brasileira crie clima favorável à obtenção de empréstimos do Banco Mundial, que está hoje muito aberto aos problemas brasileiros. Anunciou-se, com irresponsabilidade, que o Japão não esperaria um acordo com o FMI para liberar em nosso favor quantias importantes; até agora, porém, o Japão mantém os termos do contrato que exige o aval do FMI. Finalmente, não se pode esquecer que, se não se conseguir um acordo com os bancos credores até 30 de setembro, o empréstimo de 600 milhões de dólares caducará.

A questão da dívida externa não pode ser tratada nos palanques da campanha eleitoral. O ministro da Fazenda até agora seguiu uma política muito hábil e responsável. Cabe esperar que tenha apoio político para consolidar sua posição diante dos credores.